

OPINIÃO

O caminho pode estar errado mais uma vez. Nosso país aprendeu com a história?

Passaremos por dificuldades, disso ninguém duvida, mas velhas mentiras não saem do imaginário

É possível a redução de salários e empregos ser a única alternativa para enfrentar crises? Obviamente que não. Os salários dos trabalhadores representam a "tábua de salvação" do pouco que restou ou restará da economia brasileira. Cada incentivo do governo deveria vir junto com a exigência da manutenção de empregos, incremento de salários e partilha dos resultados.

No ano de 2020, pelas propostas de ações na economia que andam circulando nas mídias, a pouca renda que restou com os mais pobres, tem tudo para ir para o "vinagre". Quando mais precisamos dos serviços e dos servidores públicos, encontramos a máquina pública desmontada, falta de recursos nas universidades, escolas, o que representa falta de incentivo para pesquisas e para as demais áreas que tocam a vida das pessoas.

Em síntese, falta de servidores públicos nas áreas estratégicas (saúde, segurança, educação, fiscalização e arrecadação, etc...). É adequado reduzir onde o cidadão mais precisa do Estado? O Estado que queriam "anêmico" para não interferir ficou fraco para defender.

Não entendam errado, não está se defendendo Estado máximo ou mínimo, defende-se o Estado necessário para cada contexto. Em um momento histórico precisa-se de menos, em outro de mais.

Deveriam existir garantias de que o Estado funcionasse prontamente às demandas sociais. O atual modelo, em processo de desmonte, por força dos valentes servidores públicos que restam, se esforça, mas não dará conta do que está por vir. Que todos devem, em algum grau, renunciar e se sacrificar, na medida de suas possibilidades, não duvide. Quem tem

decência quer participar, doar-se para o bem de todos. E os indecentes?

Por que não questionamos a dívida pública? Voltar a tributar os lucros que não pagam imposto de renda? Tributar mais quem tem muito patrimônio? Instituir o imposto sobre grandes fortunas improdutivas? Instituir impostos sobre iates e aeronaves? Por que só o carro paga imposto? E por aí vai...

Deve-se reduzir impostos, ninguém duvida, mas reduzir impostos dos mais pobres. Dos que pagam pouco ou nada seria necessário aumentar. A equação é simples, se reduzirmos dos mais pobres deveríamos aumentar dos mais ricos. Os serviços públicos precisam ser financiados por todos. Questiona-se sobre a qualidade dos serviços prestados, tem-se uma questão a ser resolvida no contexto da gestão. Parece o retrato de uma minoria. Postos de saúde, hospitais públicos, corpo de bombeiros, defesa das fronteiras, etc... a regra é doação em prol de todos.

O Brasil parece um "samba de uma nota só" (com todo respeito à grandiosa obra do poeta), só se fala em desempregar e reduzir salários, quando o emprego e os salários mantêm nossos pequenos empresários. É o consumo das famílias que ainda faz este país ficar de pé. O discurso começa a cansar e a sociedade, felizmente, está mais esclarecida.

Por que tanto medo da tributação sobre movimentações financeiras? Será por que o crime organizado se esconde nesta movimentação? Alguém tem que ajudar a pagar a conta. Se não querem mais tributo sobre quem já paga muito, é simples, façam uma tributação sobre movimentação financeira compensável. Quem paga imposto de renda ou previdência (a maioria dos brasileiros), deduz do que paga a sua CPMF, IPMF, IMF, ou outro nome que queiram dar. Só sobra aqueles que não pagam, não onera o setor produtivo e nem o trabalho.

Repito, nossos pequenos municípios vivem dos salários dos trabalhadores, quanto mais se tira das famílias, mais se concentra renda no país. Quanto tempo vai levar para que todos percebam que o caminho não é facilitar para quem acumula, e sim para quem solidariza e trabalha? Reduzir salários e empregos não poderia ser a única solução.

(*) - Mestre em Direito Constitucional; professor de Direito Tributário e Penal Unisul/SC; Analista-Tributário da Receita Federal; é Diretor de Formação e Relações Intersindicais do Sindireceita.

Vulnerabilidade de colaborador é principal porta de entrada de criminosos digitais em empresas

Um usuário mais antigo da internet facilmente se lembrará daquele e-mail: "as fotos da festa ficaram ótimas". A mensagem direcionava para um link, que levava a pessoa para um arquivo malicioso. Esse talvez seja o phishing mais conhecido da web

Para os que não conhecem, o termo define o e-mail com conteúdo que tem como objetivo enganar o usuário e influenciá-lo a tomar uma ação - morder a isca. De acordo com o relatório State Of Cybersecurity 2018 da ISACA, um dos vetores de ataque mais comuns é o phishing, representando 44% das ameaças, seguido da engenharia social (manipulação de pessoas com o objetivo de obter informações) com 28%.

Segundo o gerente de tecnologia da Saque e Pague, Gustavo Krowczuk, hoje há uma preocupação maior com a proteção dos dados pessoais dos colaboradores e não apenas com os dados da empresa, que tradicionalmente são o foco dos investimentos. Isso inclui fatores como a segurança dos e-mails pessoais e proteção de dispositivos móveis, como notebooks e smartphones, que eventualmente poderão estar conectados em um ambiente corporativo.

"Vivemos em um ecossistema extremamente conectado, o que acaba sendo uma porta de entrada para o criminoso explorar a empresa. Temos uma preocupação muito grande com a diversidade das ameaças. Vale citar o uso de serviços de armazenamento em nuvem, webmail e o uso de aplicativos não homologados pela empresa, por exemplo, que acabam sendo um caminho para os criminosos", pontua.

Na questão da segurança digital, a Saque e Pague trabalha hoje com um conceito de proteção em camadas, que consiste em colocar barreiras que impeçam um ataque à plataforma da empresa. Ao todo, são três pilares que compõem essas camadas: o primeiro é a criação de parcerias estratégicas com os melhores players de mercado, adotando soluções e ferramentas já consolidadas, assim como novidades tecnológicas; o segundo pilar está baseado em pessoas altamente especializadas nos mais variados setores da segurança (prevenção, investigação, análise de código e etc.), que estão sempre em desenvolvimento contínuo, buscando novas soluções para a empresa e colaborando no crescimento de maturidade da equipe; e o terceiro, e não menos



importante, é o treinamento e a conscientização, principal foco para o próximo ano.

"Queremos fazer um trabalho muito maior no pilar de capacitação em 2020. Hoje, as nossas camadas de proteção externas são muito fortalecidas, porém nós temos que dar uma atenção maior para o nosso pessoal. Então vamos trabalhar com um conceito de treinamento 360°, que aborda desde o presidente da companhia até aquele visitante que vai passar um dia ou dois conosco", explica.

De acordo com Krowczuk, até pouco tempo atrás, quando falávamos de crime cibernético, a primeira coisa que vinha em mente era o número do cartão de crédito ou os dados de uma conta bancária. Hoje, entretanto, há uma transformação neste tipo de crime, que conta com uma estrutura cada vez mais organizada e diversificada. "Precisamos cuidar de todo o tipo de informação, como

Vivemos em um ecossistema extremamente conectado, o que acaba sendo uma porta de entrada para o criminoso explorar a empresa. Temos uma preocupação muito grande com a diversidade das ameaças. Vale citar o uso de serviços de armazenamento em nuvem, webmail e o uso de aplicativos não homologados pela empresa, por exemplo, que acabam sendo um caminho para os criminosos.

contas de pagamento online, sites de compras, aplicativos de relacionamento, redes sociais, etc., sendo ainda o ganho financeiro o principal motivador dos criminosos."

Uma pesquisa da Verizon Data Breach Investigation Report, de 2017, apontou que 80% dos ataques cibernéticos poderiam ser evitados por meio de um simples fortalecimento de senhas e instalação de patches de atualização. Já em 2019, a Saque e Pague iniciou um trabalho de conscientização e proteção ao usuário, para reforçar como cada um pode evitar uma ofensiva à empresa. O ano de 2020 deve ser marcado por um período de adequação por causa da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que poderá resultar em multas de até R\$ 50 milhões a empresas que tiverem dados de seus clientes vazados, seja por negligência, ou porque foram vítimas de um ataque virtual.

News @TI
Cursos gratuitos em EAD na área de TI
Solução de autenticação à distância gratuitamente para instituições de ensino
Startup transforma post nas redes sociais em moeda digital